



**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2021/TCMPA, de 10 de novembro de 2021.**

**EMENTA:** *Homologa o Relatório de Avaliação e Análise dos Municípios do Estado do Pará que possuem instituídos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), no que concerne à Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019), quanto à implementação do Regime de Previdência Complementar (RPC); Alíquotas de Contribuição e Rol de Benefícios, nos termos da Instrução Normativa nº 16/2021/TCMPA e dá outras providências.*

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da **Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016** e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (**Ato nº 23/2020**), por intermédio desta Resolução Administrativa de cumprimento obrigatório;

**CONSIDERANDO** as diretrizes estabelecidas nos §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 9º e artigos 11 e 149, §1º, da **Emenda Constitucional nº 103/2019**; artigos. 1º, 2º e 3º da **Lei Federal nº 9.717/1998** c/c a **Portaria SPREV/MF nº 49/2018**, que estabelecem, dentre outras obrigações, a de **adoção de medidas preventivas, compensatórias e saneadoras, visando o cumprimento do princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial, disposto no art. 40 da CF/88 c/c art. 69 da Lei Complementar nº 101/00;**

**CONSIDERANDO** as diretrizes estabelecidas pelo TCMPA, por intermédio da **Instrução Normativa nº 02/2016/TCMPA**, de 01/11/2016 c/c com o disposto no **Título V, Capítulo II, Anexo II, da Resolução Administrativa nº 022/2016/TCMPA**, e nos artigos 33, 66 e 67, incisos II e III da **Lei Complementar nº 109/2016;**

**CONSIDERANDO** que a ausência de comprovação, à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia – SPREV-ME, de lei vigente adequando às alíquotas de contribuição ordinária devida ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, assim como, de norma local dispondo sobre a transferência de responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de incapacidade temporária para o trabalho, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão do RPPS para o Ente Federativo, conforme prevê os §§ 4º e 3º do art. 9º da **Emenda Constitucional nº 103/2019**, respetivamente, são fatores impeditivos para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária e consequentemente recebimento de transferências voluntárias de recursos, concessão de avais, garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, que caracterizam renúncia de receita nos moldes do art. 4º da **Portaria nº 204/2008;**

**CONSIDERANDO** que a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho da SPREV-ME definiu prazo para regularizar a inadequação a **Emenda Constitucional nº 103/2019**, com apresentação de norma local, por meio da **Portaria nº 1.348, de 03/12/2019**, inicialmente até 31 de junho de 2020, posteriormente prorrogado pela **Portaria nº 21.233, de 23/09/2020**, até 31 de dezembro de 2020, para fins de emissão de CRP;

**CONSIDERANDO** os fatos noticiados pela SPREV, por meio do link <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/destaques/14-09-2020-lista-preliminar-relativa-as-alteracoes-nas-legislacoes-dos-rpps-dos-entes-federativos-apos-a-ec-no-103-2019>, quanto a adequação à **Emenda Constitucional nº 103/2019**, que apresenta uma lista preliminar relativa as alterações nas legislações dos RPPS dos entes federativos após a **Emenda Constitucional nº 103/2019;**

**CONSIDERANDO** que em **13 de novembro de 2021**, encerra-se o prazo previsto na **Emenda Constitucional nº 103/2019**, conforme dispõe o § 6 do Art. 9º, para que Estados e Municípios instituem o seu Regime de Previdência



Complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, por meio de Entidades de Previdência Complementar (abertas ou fechadas), nos moldes do § 14 e 16, do Art. 40;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Homologar o *Relatório de Avaliação e Análise dos Municípios do Estado do Pará que possuem Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)*, no que concerne à Reforma da Previdência ([Emenda Constitucional nº 103/2019](#)), quanto à implementação do Regime de Previdência Complementar (RPC); Alíquotas de Contribuição e Rol de Benefícios, tabulado a partir da aplicação de questionário eletrônico e informações declaradas pela origem, na forma da [Instrução Normativa nº 16/2021/TCMPA](#).

**Art. 2º.** Fica determinado, ainda, a adoção das seguintes providências de encaminhamento do Relatório de Diagnóstico, referido no art. 1º, desta Resolução:

I - Juntada de cópia eletrônica, junto aos autos de prestação de contas das Prefeituras Municipais de **Abaetetuba, Monte Alegre, Oeiras do Pará, Rurópolis, Santo Antônio do Tauá, Soure, Altamira, Belém, Breves, Cachoeira do Piriá, Castanhal, Curralinho, Dom Eliseu, Portel, Redenção, Santana do Araguaia, São Sebastião da Boa Vista, Tucuruí, Baião, Muana, Santa Cruz do Arari, Afuá, Capanema, Salvaterra, Cachoeira do Arari**, para ciência de providências de alçada, para o exercício de 2021, servindo de peça informativa ao exercício do controle externo;

II - Encaminhamento ao Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará para ciência;

III - Encaminhamento ao Ministério Público do Estado do Pará, para ciência de providências de alçada.

IV - Encaminhamento à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SPREV/ME para ciência de providências de alçada;

V - Encaminhamento às Câmaras Municipais para ciência de providências de alçada;

VI - Publicização junto ao site do TCMPA, para amplo acesso da sociedade civil.

**Art. 3º.** Ficará a cargo dos respectivos Conselheiro Relatores, no exercício de suas competências e jurisdição, avaliar os resultados apurados e as medidas subsequentes, junto aos respectivos ordenadores responsáveis, para o exercício de 2021.

**Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, 10 de novembro de 2021.

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**  
Conselheiro/Vice-Presidente do TCMPA

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**  
Conselheiro/Ouvidor do TCMPA

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial do TCMPA

**LÚCIO DUTRA VALE**  
Conselheiro